

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

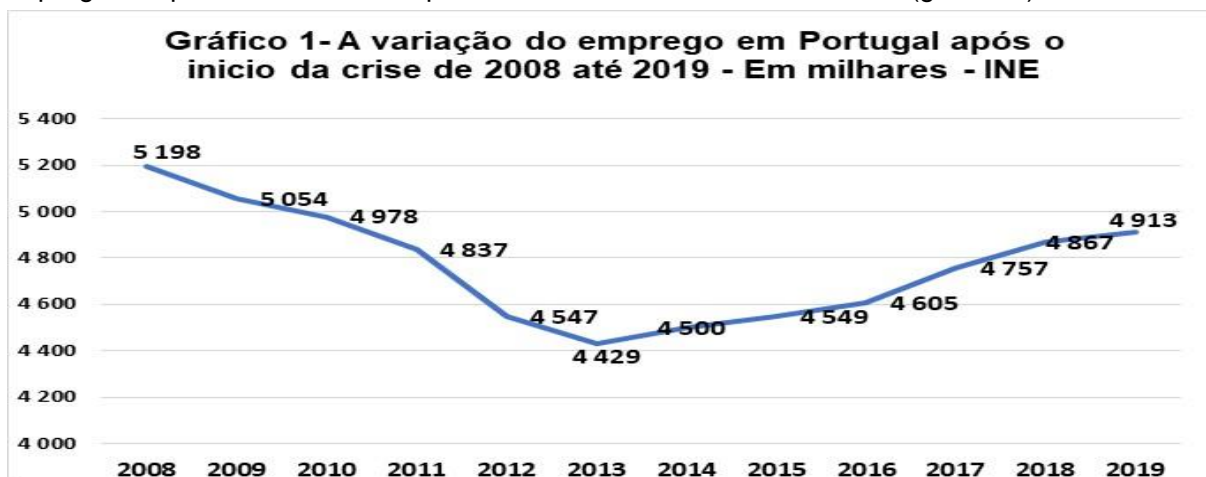
O "CORONAVIRUS", O ESTADO DE EMERGÊNCIA, A RECESSÃO ECONÓMICA PREVISIVEL, A DESTRUIÇÃO DE EMPREGO E A DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA SE O PAIS CONTINUAR EM CASA E PARADO POR DEMASIADO TEMPO

No nosso estudo anterior com o título "A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA E A SUA CAPACIDADE PARA SUPORTAR AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE CAUSADA PELO "CORONAVIRUS" / "COVID-19" E O RISCO DE RECESSÃO ECONÓMICA" procuramos chamar a atenção, utilizando apenas dados oficiais, para a fragilidade e a extrema dependência da economia portuguesa em relação aos mercados externos, no que se refere quer às importações quer às exportações, agora também profundamente afetados, e para a necessidade de não esquecer a economia, a eterna esquecida nos últimos dias devido ao medo que se espalhou por toda a sociedade portuguesa pois ela é a base material da vida de qualquer sociedade e sendo destruída as consequências graves para todos nós serão enormes

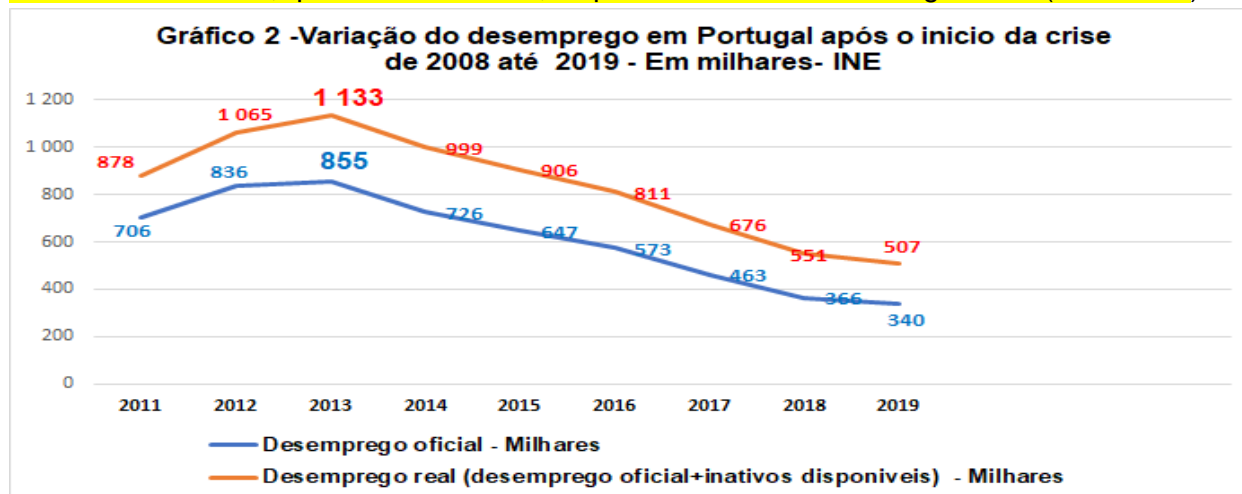
Agora que foi declarado o "Estado de emergência", embora flexível para assim conciliar a posição do Presidente da República e do 1º Ministro, mas que está já a causar choques no funcionamento da economia, até porque muitas empresas vão ser obrigadas a fechar, acrescido do medo e pânico que se instalou nas pessoas para o qual contribuíram os media, condicionando as próprias decisões dos responsáveis políticos, é importante alertar os portugueses para os riscos elevados que enfrentamos, assim como para a insuficiência inevitável de todas as medidas que o governo tome ou venha a tomar, devido à escassez de recursos que resulta da fragilidade da economia e do forte endividamento do Estado (ver estudo anterior). É preciso dizer com clareza aos portugueses que se o país se mantiver em casa e parado demasiado tempo a recessão económica será inevitável assim como a destruição de emprego. Nós humanos compreendemos a necessidade de ficar em casa, mas a economia não perdoa nem há milagres na economia.

A DESTRUIÇÃO DO EMPREGO CAUSADA POR ESTA CRISE SERÁ MUITO MAIS RÁPIDA E MAIOR DO QUE NA CRISE 2008 SE O PAÍS SE MANTIVER EM CASA E PARADO DURANTE MUITO TEMPO

Para se poder ficar com ideia das consequências que poderá ter esta crise a nível de destruição do emprego é importante recordar o que aconteceu durante a crise de 2008 (gráfico 1)



Entre 2008 e 2013 foram destruídos em Portugal 769.000 empregos, pois o emprego diminuiu de 5.198.000 para 4.429.000, o que determinou que o desemprego e o sofrimento de centenas de milhares de famílias, que está associado, disparassem como revela o gráfico 2 (dados INE)



Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

Entre 2011 e 2013 (*pico da crise*) o desemprego oficial aumentou em 428,1 mil mas o desemprego real, que se obtém adicionando ao desemprego oficial os “inativos disponíveis”, ou seja os desempregados que no período que o INE fez o inquérito não procuravam emprego, e o INE por isso não os considerou como desempregados, apesar de realmente o serem, aumentou em apenas 2 anos em 636,1 mil. A diferença em relação à crise atual, se não se não forem tomadas medidas que tenham em conta a fragilidade da nossa economia, e se não se combater o medo e o pânico que afetam muito a economia, verificar-se-á a mesma destruição de emprego ou mesmo maior mas de uma forma rápida, pois não vão ser precisos 2 anos para se atingir mais de um milhão de desempregados como aconteceu em 2013 na crise de 2008. E, em 2013, o nº de desempregados a receber subsídio de desemprego eram 653 mil, apenas 59,2% do total.

No entanto, apesar da destruição de empregos, entre 2008 e 2013, ter atingido 769 mil postos de trabalho, o número de trabalhadores com o ensino básico que perderam o emprego foi muito superior, como mostra o gráfico 3 (dados divulgados pelo INE).



Segundo o INE, entre 2008 e 2013, o número de trabalhadores com o ensino básico ou menos (até ao 3º ciclo) que perderam o emprego atingiu 1.152.000 e, entre 2013 e 2019, perderam o emprego mais 340.500 trabalhadores com o ensino básico ou menos, o que somados dá 1.495.700. Foi uma reconversão violenta da força de trabalho que os expulsou do mercado do trabalho e que lançou na miséria centenas de milhares de famílias de trabalhadores. Muitos destes postos de trabalho foram depois ocupados por trabalhadores com o ensino secundário e superior recebendo menos do que recebiam os trabalhadores despedidos. Foi desta forma que as entidades patronais conseguiram conter e mesmo diminuir os salários dos trabalhadores impondo uma economia baseada em baixos salários em que uma percentagem elevada de trabalhadores recebem apenas o salário mínimo (25% do total em Abri/2019, sendo as mulheres 31%). **É de prever que, com esta crise, suceda o mesmo embora com maior intensidade.**

TAL COMO ACONTECEU NA CRISE DE 2008 SERÃO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E OS SEUS TRABALHADORES QUE MAIS SOFRERÃO COM A ATUAL CRISE, MUITAS VÃO DESAPARECER

Os dados do quadro 1, que são do INE mostra, por um lado, a importância das micro e pequenas em Portugal em termos de emprego mas não só, mas também a debilidade deste setor de empresas que foi o mais destruído pela crise de 2008 e que poderá ser agora também.

Quadro 1- As micro e pequenas empresas em Portugal, a crise de 2008, e a situação em 2018

ANO	Total empresas-N.º	Pessoal de serviço -N.º	Pessoal Remunerado-N.º	Remunerações - 1000€	Remuneração média mensal	Dimensão média da empresa N.º pessoas/empresa
MICRO EMPRESAS						
2018	1 244 495	1 832 029	873 309	8 984 682	735 €	1,47
2013	1 077 294	1 613 327	806 108	7 172 633	636 €	1,50
2008	1 207 098	1 846 263	928 545	8 095 441	623 €	1,53
PEQUENAS EMPRESAS						
2018	42 581	781 782	779 069	10 844 234	994 €	18,36
2013	35 446	646 510	643 923	8 395 475	931 €	18,24
2008	46 383	842 130	837 845	10 062 741	858 €	18,16
MICRO EMPRESAS + PEQUENAS EMPRESAS (Soma)						
2018	1 287 076	2 613 811	1 652 378	19 828 916	857 €	2,03
2013	1 112 740	2 259 837	1 450 031	15 568 108	767 €	2,03
2008	1 253 481	2 688 393	1 766 390	18 158 182	734 €	2,14
2013-08	-140 741	-428 556	-316 359	-2 590 074		

FONTE: Empresas em Portugal - Edição INE- 2020

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

Segundo o INE, entre 2008 e 2013 (*pico da crise*), o número de micro e pequenas empresas que fecharam atingiu 140.741; o emprego nelas que foi destruído totalizou 428.556 postos de trabalho (55,7% de todo o emprego destruído neste período) e o número de trabalhadores remunerados diminuiu em 316.359 nas micro e pequenas empresas. **O mesmo acontecerá nesta crise, embora de uma forma mais rápida impulsionado pelo medo e pânico do “coronavírus” e pelo Estado de Emergência que está a paralisar a economia.** E também isto porque o tecido empresarial constituído por micro e pequenas é extremamente frágil (*em média, 2 trabalhadores por empresa, com salários entre 735€ e 994€*) embora seja importante quer em número (1.287.076 de empresas em 2018) quer em emprego (*em 2018, 2.613.811 empregos e 1.652.378 trabalhadores remunerados*). Muitas destas empresas já fecharam (*quem percorra Lisboa e outras cidades, constata que o número de portas fechadas é já superior ao número de portas abertas, nomeadamente no setor da restauração*) por falta de clientes e por falta de liquidez (*basta uma quebra acentuada nas vendas ou o seu fecho mesmo temporário para não sobreviverem*). E a esmagadora maioria destas empresas não tem qualquer possibilidade de obter financiamento na banca porque não conseguem oferecer as garantias que a banca exige. Mesmo o apoio à tesouraria e liquidez anunciado mas ainda não concretizado pelo governo previsivelmente não chegará à maioria destas empresas e muitas desaparecerão. **Esta crise económica que se verifica, em primeiro lugar, do lado da procura,** que resulta do medo que se instalou na sociedade portuguesa pelo tratamento dado pelos media de uma forma desequilibrada a uma matéria tão sensível (*de manhã à noite a opinião pública foi massacrada com notícias negativas que geravam o medo*) e das medidas de encerramento das pessoas nas suas próprias casas e de fecho obrigatório de milhares de empresas pelo governo **e, depois, do lado da oferta,** com a previsível destruição de muitas empresas por falta de liquidez poderá ser ainda mais grave para as famílias portuguesas do que a grave crise de saúde pública do “coronavírus”. As grandes empresas aproveitaram a crise de 2008 para despedir 60.499 trabalhadores. O mesmo é de prever que aconteça agora. Algumas já anunciaram despedimentos ou o seu fecho (*ex. Continental, etc.*), o que agrava mais a situação. **É preciso proibir os despedimentos durante a crise como alguns países europeus já fizeram mas infelizmente a ministra da presidência deste governo, confrontada com essa pergunta, já disse na televisão que o governo não tenciona proibir os despedimentos o que, na prática e objetivamente, pode ser interpretado como um convite para que o façam.**

OS TRABALHADORES PRECARIOS SÃO OS MAIS VULNERÁVEIS À ATUAL CRISE E SERÃO OS PRIMEIROS A SEREM DESPEDIDOS SE NADA FOR FEITO PARA IMPEDIR ISSO

Tal como aconteceu com a crise de 2008, os trabalhadores com contratos a prazo são os mais vulneráveis à crise pois são mais facilmente despedidos, ou melhor, são os primeiros a serem despedidos como já está a acontecer. Segundo o INE, entre 2008 e 2013, os trabalhadores com contrato a termo diminuíram em 93 mil. E em 2019, segundo também o INE, o número de trabalhadores com contratos a prazo atingia 718 mil, o que é um total muito significativo tendo aumentado, entre 2013 e 2019, em 89,6 mil. Muito emprego criado neste período foi precário (*por ex. na restauração e no turismo*). E é importante olhar para a situação destes trabalhadores se a recessão económica atingir fortemente a nossa economia como é previsível.

Neste momento todos pedem o apoio do Estado. Até Nicolau dos Santos, numa recente entrevista dada num canal de televisão defendeu a nacionalização da TAP para que o Estado suportasse os prejuízos acumulados e previsivelmente os desta empresa devido à crise no setor de aviação para que, depois de saneada à custa de fundos públicos, fosse privatizada de novo.

Mas os recursos de um Estado fortemente endividado como o nosso (*ver estudo anterior*) e de uma Segurança Social que paga pensões de miséria são limitados até porque esses meios financeiros dependem da atividade económica, e se esta se afundar as receitas de impostos diminuirão significativamente e os descontos para a Segurança Social também cairão com o fecho de empresas. E a capacidade do Estado e da Segurança Social para apoiar os trabalhadores e a economia diminuirá também significativamente. É preciso não esquecer que a economia, como Clinton dizia, é estúpida, mas não funciona por si. Ela depende do trabalho e da criatividade dos humanos e se eles ficarem em casa ela afundar-se-á. É preciso ter a coragem de lembrar isso num momento difícil como é este, pois até falar disso parece uma heresia agora. Um maior endividamento do Estado só pode ser uma solução transitória mas, é preciso ter presente, que criará problemas graves no futuro porque a dívida terá de ser paga com impostos pagos pelos portugueses. Até pode causar uma nova crise. E a experiência neste campo tem sido dolorosa para os portugueses. Portanto, é preciso tratar desta questão com a máxima cautela mas o que é importante, para além do combate eficaz à epidemia, é garantir que a economia funcione. E todos

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

devem contribuir para isso com o empenho como estão a contribuir para combater a epidemia pois todos sofreremos se isso for esquecido.

A QUEDA PREVISIVEL DA RIQUEZA ANUAL CRIADA NO PAÍS (PIB) E DOS RECURSOS DO ESTADO E O SEU RÁPIDO ENDIVIDAMENTO DEVIDO A ESTA CRISE SE O PAÍS FICAR PARADO E EM CASA POR MUITO TEMPO

Entre 2008 e 2013 (*pico da crise*) a riqueza criada anualmente no país (PIB), a preços constantes portanto deduzindo o efeito da subida de preços, diminuiu em 15.281 milhões € (*passou de 193.448 milhões € para 1178.169 milhões €*), ou seja em 8%. O investimento caiu drasticamente, pois o Consumo de Capital Fixo foi superior à Formação Bruta de Capital Fixo (*ver nosso estudo anterior*), o que destruiu uma parcela do aparelho produtivo nacional e fragilizou muito a economia. A situação difícil em que se encontra o SNS com equipamento obsoletos, com falta de equipamentos, em que o número de camas é um dos mais baixos dos países da U.E, com falta de profissionais é um exemplo concreto do que sucede a nível do país em muitos setores.

Se a uma forte depressão económica atingir o nosso país, se existirem setores que colapsem devido ao prolongamento da crise e do Estado de emergência, é previsível que enfrentemos de novo uma situação muito mais grave do que a da crise de 2008 porque está associada a uma pandemia geradora de medo e pânico, sendo por isso os seus efeitos a nível económico provavelmente mais rápidos e devastadores. E é de prever também que a queda na riqueza criada no país (PIB) possa ser muito mais acentuada e mais rápida do que a verificada na crise de 2008. Por isso, é importante que o governo tenha isso presente nas medidas que vai tomar para concretizar o Estado de Emergência e no seu prolongamento. As medidas a tomar terão de, por um lado, defender a vida dos portugueses contra o “coronavírus”, por outro lado, garantir o funcionamento da economia que é vital também para a vida dos portugueses sem o qual dificilmente podiam viver e, finalmente, assegurar a solidez do Estado importante para ter meios para combater o coronavírus, apoiar os portugueses e a economia, garantir os serviços públicos.

Embora lutando contra a maré, e o politicamente correto, penso que os economistas têm o dever de alertar com verdade a opinião pública não ocultando as consequências graves de uma crise económica -financeira desta natureza e com a dimensão que ela pode atingir. Se o país parar e ficar em casa durante demasiado tempo ela será inevitável. É necessário que o governo e cada um de nós atue racional e equilibradamente, não se deixando condicionar pelo medo e pelo pânico que se espalhou por toda a sociedade causada por uma informação, por parte dos media, desequilibrada pois, caso contrário, os seus efeitos a nível económico e financeiro serão desastrosos. É necessário também que cada um de nós pense o que pode e deve fazer para manter em funcionamento a economia fundamental para a nossa sobrevivência. E é importante que a comunicação social não fomente o medo e o pânico porque este também destrói a economia e a vida dos portugueses, mas tenha um comportamento equilibrado e responsável.

O RISCO DA CRISE SER APROVEITADA PARA DESTRUIR DIREITOS E PARA AUMENTAR A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

Em momentos como este, aproveitando o medo gerado pela crise, as forças dominantes do Capital procuram eliminar direitos dos trabalhadores (ex.: direito à greve), justificar despedimentos maciços, reduzir os salários aos trabalhadores (ex. lay-off), e exigir a multiplicação de apoios não reembolsáveis às empresas à custa do Orçamento do Estado, ou seja, à custa de receitas obtidas com impostos cobrados aos portugueses, como aconteceu na crise anterior da banca. Tudo isto é previsível também acontecer nesta crise, se já não começou a acontecer. Portanto é importante estar sobreaviso pois as exigências e mesmo a chantagem de entidades patronais, nomeadamente dos grandes patrões (*reivindicam diminuição de impostos do Estado e das contribuições para a Segurança Social, e a multiplicação de apoios do Estado como isto não fosse contraditório*) vão ser certamente enormes. É preciso que o governo esteja atento, é por isso que defendo que sejam proibidos os despedimentos neste período de crise grave de saúde pública, e que os sindicatos não fiquem passivos, que estejam atentos, que denunciem os despedimentos selvagens e que lutem contra eles pois, caso contrário, os direitos dos trabalhadores estarão em risco, acentuar-se-á a exploração e as desigualdades que já são enormes no nosso país, e a sustentabilidade da Segurança Social e do próprio Estado poderão ser postos em causa.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 19-3-2020